



## A condição traumática da puberdade na contemporaneidade e a adolescência como sintoma social a ela articulada<sup>1</sup>

Rodolpho Ruffino

### 1. A quem vem a adolescência?

A adolescência não é uma fase natural do desenvolvimento do indivíduo. É uma resposta do sujeito provocada pela irrupção do Real da puberdade. É a única resposta que se lhe apresenta como possível na contemporaneidade, quando as condições histórico-sociais da existência, se dão sob três das condições que caracterizam o tempo contemporâneo: 1) o declínio social da *imago* paterna, como pode-se ler em Lacan<sup>2</sup>; 2) o empobrecimento da experiência compartilhada, ou, como diria W. Benjamin, o enfraquecimento, no mundo contemporâneo, da *Erfahrung* em favor simplesmente da *Erlebnis*<sup>3</sup> – e isto, de

<sup>1</sup> O presente texto é uma alteração atual (2004) do que foi redigido, mas nunca publicado, em agosto de 1998 para a exposição que fizemos no VII Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social do Estado de São Paulo, acontecido em Bauru no mês de novembro do mesmo ano, onde o expusemos em Mesa Redonda.

<sup>2</sup> Jacques-Marie Lacan, *La Famille* (pp. 8'40-3 – 8'42-8), dans la *Section A* de la *Deuxième Partie (Circonstances et Objets de l'Activité Psychique)*, Tome VIII (*La Vie Mentale*, dirigé par Henry Wallon), in FEBVRE, L. (Directeur Général), *Encyclopédie Française*; Societé de Gestion de L'Encyclopédie Française, Paris, Mars 1938, p. 8'40-16.

"Nous ne sommes pas de ceux qui s'affligent d'un prétendu relâchement du lien familial. N'est-il pas significatif que la famille se soit réduite à son groupement biologique à mesure qu'elle intégrait les plus hauts progrès culturels? Mais un grand nombre d'effets psychologiques nous semblent relever d'un déclin social de l'imago paternelle. Déclin conditionné par le retour sur l'individu d'effets extrêmes du progrès social, déclin qui se marque surtout de nous jour dans les collectivités les plus éprouvées par ces effets: concentration économique, catastrophes politiques. [...] Déclin plus intimement lié à la dialectique de la famille conjugale, puisqu'il s'opère par le croissant relatif [...] des exigences matrimoniales."

["Não somos daqueles que se afligem com um pretensão afrouxamento do laço familiar. Não será significativo que a família tenha se reduzido a seu agrupamento biológico à medida em que integrava os mais avançados progressos culturais? Mas, um grande número de efeitos psicológicos nos parecem depender de um **declínio social da imago paterna**. Declínio condicionado pelo retorno sobre o indivíduo de efeitos extremos do progresso social, declínio que se marca, sobretudo, em nossos dias, nas coletividades que mais sofreram esses efeitos: concentração econômica, catástrofes políticas. (...) Declínio mais intimamente ligado à dialética da família conjugal, já que se opera pelo crescimento relativo (...) das exigências matrimoniais."]

<sup>3</sup> Para se entender essa idéia de W. Benjamin, remetemos o leitor à W. Benjamin, *O narrador considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* [1936], in Walter Benjamin, **Obras escolhidas, Vol. I**, Ed Brasiliense, São Paulo, 1985, pp. 197-121. Aqui, quanto à idéia em questão, aprendamo-la pelas palavras com que Jeanne Marie Gagnebin a isso se refere à página 9 do *Prefácio* [J. M. Gagnebin, *Walter Benjamin ou a história aberta*, op. cit. Pp. 7-19] de sua autoria com que é aberto esse volume de W. Benjamin.:



certa forma, corresponde ainda ao processo que Hannah Arendt chama de *isolamento*<sup>4</sup>; e 3) o imperativo pela recusa do acolhimento da memória como significativa da apropriação pelo sujeito da historicidade que o constitui, ou, como teria nomeado a esse processo Hannah Arendt, o *desenraizamento*<sup>5</sup>.

A puberdade se põe para o sujeito como uma experiência de atravessamento invasora e enigmática que só se significaria ao tempo mesmo em que se apresenta caso essa experiência fosse dada a um jovem cuja existência estivesse transcorrendo em meio a uma comunidade onde as três condições da contemporaneidade acima nomeadas ainda não tivessem sido estabelecidas. Mas, neste caso, adolecer seria um processo inteiramente dispensável.

Adolecer, portanto, é um fenômeno psíquico que se tornou necessário ao jovem contemporâneo em função de uma *discordância*<sup>6</sup> instaurado entre, de um lado,

---

"Nos textos fundamentais dos anos 30 [...], Walter Benjamin [...], de um lado, demonstra o enfraquecimento da **Erfahrung** [**experiência compartilhada com seus próximos e que engloba o sujeito individual no acontecimento da história que o ultrapassa**] no mundo capitalista moderno em detrimento de um outro conceito, a **Erlebnis**, experiência vivida [**e individual**], característica do indivíduo solitário; esboça, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a necessidade de sua reconstrução para garantir uma memória e uma palavra comuns, malgrado a degradação e o esfacelamento do social."

<sup>4</sup> Sobre este conceito de H. Arendt, ver a nota abaixo.

<sup>5</sup> C. Lafer, em *Política e condição humana* [1981] – acrescido como *Introdução* (pp. I – XII) à tradução brasileira de **A condição humana** [1958] de Hannah Arendt (Editora Forense, São Paulo, 1981, 340 pp.) – elucidada, em uma pequena passagem, tão rigorosa e sucintamente a significância desses conceitos arendtianos que a autora apresentara em **The Origin of Totalitarianism** [1951] (tradução brasileira: **As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder**, Ed. Documentário, Rio de Janeiro, 1979), que decidimos aqui reproduzi-lo (Cf. C. Lafer, op cit., p. VII-VIII):

"[...] Pois bem, o que é que Hannah Arendt estava tentando compreender em **The Human Condition**, dos problemas por ela suscitados em **The Origin of Totalitarianism**? As origens do isolamento e do **desenraizamento**, sem os quais não se instaura o totalitarismo, entendido como uma nova forma de governo e dominação, baseado na organização burocrática, no terror e na ideologia.

O **isolamento** destrói a capacidade política, a faculdade de agir. É aquele "*impasse no qual os homens se vêem a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruído.*" O **isolamento**, que é a base de toda tirania, não atinge, no entanto, a esfera privada. O inédito no totalitarismo, dada a ubiquidade de seu processo de dominação, é que exige também o **desenraizamento**, que desagrega a vida privada e destrói as ramificações sociais. "*Não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma.*"

Essa conjugação de isolamento, destruidor das capacidades de relacionamento social, que permite a dominação totalitária, se produz quando "*o homem isolado, que perdeu seu lugar no terreno político da ação, é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como homo faber, mas tratado como animal laborans, cujo necessário 'metabolismo com a natureza' não é do interesse de ninguém.*"

As referências a H. Arendt que o texto de Lafer apresenta remetem-nos ao seu *As Origens...*, op. cit., p. 243-244.

<sup>6</sup> A idéia aqui aludida de *discordância* (poderíamos neste contexto falar também em *desacordo* ou em *discórdia*) remete a um conceito usado por Henri Wallon, que o extrai do hegelianismo e do marxismo, e que está também muito presente nos primeiros textos de Jacques Lacan. Para o vivente, uma nova formação é

# Textura



os recursos sociais, os quais deixaram historicamente de estar disponíveis ao sujeito na contemporaneidade, e, de outro lado, as necessidades das organizações neurofisiológicas e hormonais em mudanças no amadurecimento pubertário de um indivíduo.

Adolescer é, assim, uma exigência de trabalho psíquico adicional que se acrescenta ao jovem púbere ocidental e urbano hoje para que este possa, ao significar e ressignificar o enigma da puberdade que o atravessou, minimizar o desacordo entre a constituição individual do sujeito, já empobrecida em seus recursos pelos efeitos da contemporaneidade acima enumerados, e os imperativos da realidade circundante que exige da atividade indivíduo, para que este nela se estabilize, o gesto pelo qual ele possa repor alguma equivalência àquilo de que ele já não pode contar como dado.

A duração da adolescência, então, longe de poder ser medida em tempo cronológico, corresponderá ao tempo necessário para que esse trabalho – o adolescer – venha a poder cumprir a tarefa a que ele está destinado.

Quê enigmas a puberdade põe ao jovem ao findar a sua infância? Ao menos três: 1) o enigma da identificação do lugar do sujeito nas tensões relacionais do mundo inter-humano; 2) o enigma da filiação; e 3) o enigma da sexualidade.

Ora, o indivíduo sozinho não pode, e nunca pôde, responder de imediato a tamanha exigência de reposicionamento vital. Aturdido e sem compreender o que lhe é pedido – e isto lhe é pedido tanto desde o seu corpo como desde o mundo circundante que percebe nele essas transformações corporais antes mesmo que este delas possa se aperceber –, a ele só resta, após o trasbordamento aflitivo do impacto, por certo tempo, siderar-se e emudecer (primeiro tempo da adolescência); depois, solicitar – a seu modo, isto é, de forma incompreensível para quase todos os demais – que dos outros lhe advenha a palavra que lhe falta para nomear o inominável de sua experiência (segundo tempo da adolescência); para, por fim (num terceiro tempo), só lhe sobrar lançar-se na aventura de se reconstruir segundo inventando alguma resposta inédita às exigências pós-pubertárias e, assim, seguir em direção à condição adulta.

Na civilização ocidental hoje, o percurso da adolescência, dada a complexidade atual da sociedade contemporânea, tende, a ser considerado como de duração prolongada se comparado a duração esperada do tempo da adolescência há apenas algumas décadas<sup>7</sup> – por exemplo, no ocidente, contando-se a partir da puberdade, a duração da adolescência vem ocupando para um jovem urbano da assim chamada *classe média*, se ele for do sexo masculino, algo em torno de

---

engendrada em sua constituição quando o estado anterior dessa constituição entre em discordância com o seu entorno ou abriga uma discordância entre seus constituintes. A idéia de um engendramento do novo pela discordância presente no velho permite pensar a mudança sem recorrer à metafísica do desenvolvimento (que crê que a coisa muda pelo movimento natural pelo qual vai se desdobrando com o tempo) ou à metafísica do evolucionismo (que supõe uma transformação temporal sucessiva onde só pode haver ganho e especialização, mas nunca perda ou parada de parte de suas funções que antes pudessem exibir maior desenvoltura).

<sup>7</sup> O que nos faz supor que a condição do laço social na modernidade, conforme se sucedem as gerações, a cada novo momento na passagem do tempo, vem se tornando cada vez mais esvaziado do poder de socializar o novo indivíduo na coletividade onde ele se situa. Um outro modo de dizer que há declínio da função social da *imago* paterna.

# Textura



duas décadas e meia, e pra as meninas, um tempo que geralmente tende a ser um pouco menor. Esta duração, se ela se dá no tempo, ela não depende, à rigor, do montante de tempo cronológico despendido pelo seu transcurso; ela depende, sim, antes, da efetivação do necessário para que se realize o trabalho psíquico em jogo. De qualquer forma, garantir a qualidade da passagem e habilitar cada um na prevenção dos acidentes de percurso que lhe são quase inerentes, é tarefa que, para nós, analistas, deve ter prioridade por sobre qualquer tentativa de abreviar o tempo necessário. A adolescência não pode ser abreviada; querer-se abrevia-la conduz ao aborto do processo, o que implica na condição de fracasso de um trabalho psíquico que veio a se fazer necessário. O fracasso deste trabalho não ficará sem conseqüências para o presente e o futuro do jovem em questão e para aqueles que com ele privarem de algum laço.

Entender o que se pode fazer como intervenção ou como prevenção diante da passagem adolescente é, antes de mais nada, entender porque, no mundo social pré-moderno, isto é, na comunidade tradicional, o adolescer não se fazia necessário. Isto implica em se entender o que havia lá, e que eficácia nisso estava contido. A questão é saber desde que ordem de dispositivos comunitários o enigma pubertário vinha a se significar, dispensando cada jovem do trabalho psíquico individual de fazê-lo por si e em solidão. Este saber é fundamental para que dele se possa deduzir o que veio a estar visado pelo adolescimento enquanto operação subjetiva. Levar em conta aquilo que é visado pela operação da adolescência abre a única via possível para um trabalho clínico e social com adolescentes que não esteja direcionado pelas nossas próprias resistências, pois, considerar o que o adolescimento visa é o único modo pelo qual se pode distinguir, nessa operação, o que nela se tem como aventura necessária e que ela guarda como risco em seus possíveis acidentes de percurso. Só com essa distinção pode o analista discernir o seu em nome de quê para aí intervir. A adolescência visa uma certa reconstrução dos laços societários que a contemporaneidade veio a estilhaçar no social. A quebra dos laços é, de um só golpe, a falha no simbólico da civilização que provocou a necessidade do surgimento da adolescência e aquilo cuja equivalência a adolescência visará repor como sua finalidade. O que antes havia no social, a adolescência buscará repor na subjetividade como tentativa de reestabelecer certa homeostase rompida.

Retornemos ao tema da comunidade tradicional e consideremos porque ela poderia dispensar o jovem de adolescer.

Entendemos que a comunidade tradicional só podia fazê-lo na medida em que lá toda a vida societária estava articulada em torno da eficácia da função paterna; ..... pela realimentação cotidiana da experiência compartilhada, e ..... pela valorização do acolhimento renovado da memória coletiva, condições estas cujo enfraquecimento e quase-desaparecimento marcam, como dissemos no início, a sociedade contemporânea.

Estas condições se articulam com os enigmas da puberdade – enigmas que, como apontamos, se presentificam nas questões relativas à identificação, filiação e sexualidade – por guardarem nelas os meios de significá-las. Era a própria comunidade que, outrora, através dos laços sociais que ela organizava, materializados pontualmente, nos chamados ritos de passagem, faziam as vezes



do adolecer enquanto trabalho psíquico individual do jovem contemporâneo. Esta operação, no entanto, a contemporaneidade não faz. Hoje, por isso, se adolece. A puberdade não podendo se inscrever como significação, restará como enigma até que o adolecer inaugura uma nova aventura ao longo da qual poder-se-á ou não alcançar algum êxito.

## 2. Por quê o atravessamento da puberdade impõe-se como enigma?

Nomear é poder começar a por em marcha a operação de significar. É inscrever a experiência como significante, isto é, como possível de articular significância e efeitos de sentido. Por outro lado, aquilo que se experiencia sem mesmo poder se deixar representar, não poderá, enquanto permanecer sob essa condição, ser nomeado. Não sendo nomeado, não entrará no circuito das significações do sujeito – nem entre aquelas disponíveis à consciência e nem mesmo entre aquelas que, recalçadas ou impedidas de se apresentarem à consciência, ainda assim, desde o inconsciente, operam significações.

Aquilo que se apresenta impondo-se como marca de uma intensidade incômoda, mas ao mesmo tempo escapando à representação, no texto de Freud tem um nome: são as impressões traumáticas. Poderia a puberdade ser pensada como um evento traumático?

A puberdade tem sido considerada com freqüência apenas um fenômeno do processo de amadurecimento fisiológico humano, que marcaria em cada indivíduo o final de sua infância. Devemos, no entanto, admitir: um processo fisiológico de puberdade em si mesmo não existe e nunca existiu. A puberdade só existe se apresentando a um sujeito, e o modo como esse sujeito experiencia essa apresentação da puberdade em sua estrutura subjetiva define-a não só enquanto efeito subjetivo, mas também quanto ao sentido do destino fisiológico do processo.

Ora, descobrimos que há ao menos dois modos da experiência da puberdade se apresentar ao sujeito e que cada um desses modos se distingue pela forma de organização social onde o sujeito vive.

Distinguimos duas formas de organização social que produzem formas subjetivas distintas de recepção da experiência pubertária: a da comunidade tradicional, que a significa para seus membros através de seus dispositivos societários, e a de modernidade que, tendo imposto uma ruptura dos laços societários tradicionais, deixa o jovem desamparado diante da experiência pubertária. Localizamos que adolecer surge como resposta a esse desamparo.

Resumindo, isto é o mesmo que dizer que puberdade em si não pode ser pensada nem como traumática nem como não-traumática. Se para um jovem no mundo tradicional a experiência pubertária podia não ser traumática, era em virtude dos dispositivos comunitários que já a elaborava enquanto ele a experienciava. Vimos que este não pode ser o destino da puberdade para um jovem no mundo moderno.

É a contemporaneidade que impôs à puberdade a qualificação de traumática que nela hoje vemos. Foi só após a instauração do **declínio da função social da *imago paterna***, quando a puberdade tornou-se traumática, que a adolescência

# Textura



se fez uma operação psíquica necessária para o sujeito. Assim, a adolescência é, ao mesmo tempo, um efeito passivo ao trauma da puberdade e uma resposta ativa que visa eliminar o prolongamento da traumaticidade de que o sujeito foi efeito.

Adolescer, enfim, testemunha a enigmaticidade traumática que veio se evidenciando na puberdade sob as condições histórico-sociais da contemporaneidade de nossa civilização. É, portanto, em resposta ao evento traumático que o adolescer se põe como sintoma. Mas sintoma eminentemente social, por que nele, não é apenas o contorno que estará socialmente informado, mas porque já foi social a condição traumática do acontecimento por cuja materialidade mesma o sintoma foi constituído.

### 3. O que é um trauma?

Primeiramente, chamemos a atenção para algo que, na leitura de Freud, seria necessário começar a ser sublinhado.

É freqüente se considerar, mesmo nos meios psicanalíticos, que a noção freudiana de trauma psíquico tornou-se obsoleta. É verdade que a idéia de um trauma psíquico fez parte das primeiras hipóteses de Freud relativas à etiologia das neuroses em geral e especialmente da histeria. Também é verdade que a psicanálise propriamente dita veio a se inaugurar apenas quando Freud abandona a idéia de um evento traumático como causa necessária das neuroses e formula a noção do processo do recalque e o conceito de inconsciente como lugar tanto do recalque quanto das operações responsáveis pela produção do próprio recalque. Esta virada conceitual se dá precisamente em 1897. No entanto, é necessário que se releia o texto freudiano para se verificar que a idéia de trauma retorna de outro modo entre os anos 1915 e 1920 para se pensar, é verdade, não mais a etiologia de qualquer estrutura neurótica, mas sim para nomear seja aquele evento exterior ao psíquico que é capaz de funcionar em certos sujeitos como agente provocador para um certo transtorno psíquico especial e não estrutural que, à época, chamou-se neurose traumática, exemplificada pela neurose de guerra, seja o acontecimento acidental e contingente que, também a partir de fora do psíquico, pode desestabilizar a neurose de estrutura sobre a qual o sujeito se organiza e assim fazer surgir os fenômenos clínicos pelos quais essa neurose, uma vez desestabilizada, é caracterizada.

Imediatamente após 1920, quando Freud arriscava a hipótese de uma pulsão de morte, afirmava a existência de um princípio de funcionamento do aparelho psíquico mais radical e original do que aquele conhecido como princípio de prazer e da constatação da presença reiterada do fenômeno que se chamou compulsão para a repetição, ele novamente irá afirmar a importância do trauma, porém agora compreendido numa dimensão mais radical, enquanto fenômeno ao mesmo tempo disruptivo e estritamente de subjetividade e constituinte original do sujeito. As teorizações de Freud sobre o traumático se processarão acompanhando a reavaliação teórica que sua obra irá fazer nesse período de virada para sua última fase: a reformulação da teoria das pulsões (1920), a reformulação da teoria das instâncias do aparelho psíquico (1923), e a última transformação da sua teoria da angústia (1926), pontos de partida para as

# Textura



alterações subsequentes que se seguirão até 1939, ano em que textos inacabados seguidos por outro igualmente inacabados que tentaram retomar-lhes o percurso testemunham a inconformidade de um pensamento se afirmando mesmo às vésperas da morte do autor.

É necessário, na leitura dessa última etapa do itinerário freudiano, sabermos sublinhar os enunciados que pensam o traumático para se reconhecer as atualizações constantes de suas formulações, bem como a atualidade de sua mensagem.

Eu sei que o traumático nunca mais será tema central da teoria, como era pretendido que ele tivesse sido antes de 1897. Seu valor se deslocou e seu conteúdo tornou-se outro. O traumático não será aquilo que emerge para produzir as neuroses em geral e nem a inconsciência do sujeito. O traumático será doravante pensado como aquilo que, ao emergir, ou marcará o lugar daquilo que está à margem do recalçamento ou marcará o lugar daquilo que precedeu, na constituição do sujeito, o recalque original que inauguraria, este sim, o inconsciente.

Fora do âmbito da representação, inquietação invasiva e provocativa das intensidades da realidade e do *Isso*, capaz de invocar as marcas do desamparo fundador, que, por sua vez, se presentifica como angústia para reapelar ao *Outro* ausente, esse inominável se repõe ao sujeito não desde o seu inconsciente, mas pela sua brecha, não desde a condição edípica de sua estrutura, mas pela sua falha.

Nossa hipótese, neste ponto, pretendia exatamente avançar isto: O Real do corpo pubescente abandonado a seus próprios recursos individuais pela ausência do ato social que o transcrevesse no simbólico da cultura, este corpo impondo-se em suas alterações ao jovem que empubesce enquanto puro real, este corpo empubescente se marca com um acontecimento que, não podendo se significar na economia psíquica do sujeito, só pode situar enquanto evento traumático.

Se chamarmos por *pai* a toda a instância de realidade humana a quem qualquer sujeito já edipicamente estruturado apela quando sob a ameaça de experienciar algum efeito de desamparo, é de se supor que o *pai* que aqui importaria ao púbere é um *pai* que, na contemporaneidade e pela ação da contemporaneidade, ou já desapareceu, ou foi reduzido em sua eficácia. De ambos as formas, o resultado é o mesmo: existindo ainda ou não, não funcionará.

Chamo aqui de *pai* aqui a esse alvo capaz de ser encontrado ou apenas esperado no âmbito simbólico dos laços sociais que é buscado pelo apêlo do humano; *pai* é o nome desse dispositivo capaz de dar soldadura às peças da dobradiça que articularia a condição de sujeito de cada um aos pilares da cultura de onde o humano emerge.

Ora, essa soldadura precisou ser dissolvida na contemporaneidade como condição de se efetivar reificação do indivíduo como entidade exclusiva para designar o sujeito. O púbere, por isso, se vê em desamparo. O *pai* da infância, que ainda existe no social, é excessivamente caseiro e familiar para substituir a *Outra paternidade* agora feita ausente.

Adolescer é a única modalidade de resposta que se apresenta para o sujeito fazer-se capaz de constituir intrapsiquicamente a função paterna que deveria ser



encontrada no mundo social. Sua construção corresponde ao que a adolescência, enquanto trabalho psíquico, visa.

A adolescência, entretanto, pode apontar para duas direções distintas: ou a uma construção da referência paterna que possa repor algo que funcione como uma equivalência da referência paterna social extinguida pela contemporaneidade – e nós poderíamos, talvez, nessa via, apostar numa possível regeneração dos laços societários; ou então, o adolescer não será mais do que um dispositivo da modernidade que nada mais quererá senão capacitar os sujeitos a de adestrarem como indivíduos – e assim o mito do individualismo, tão celebrado pela contemporaneidade, atravessará o processo psíquico que restava para que ele se reificasse no mundo.

Se estamos corretos na leitura que até aqui propomos à questão, é de se supor que a primeira das alternativas responderia melhor enquanto a visada originária que o movimento da adolescência aponta. No que se refere à segunda alternativa, parece-nos que ela se dirige à mesma meta que já estava presente nas forças sociais que implementaram isso que chamamos modernidade.

O impacto traumático da contemporaneidade, portanto, não é apenas algo mórbido a provocar um sofrimento. É provocador de sofrimento na medida em que por ele o sujeito se vê convocado a não-se-sabe-o-quê, tendo para isso à mão recurso-nenhum. Mas, ao mesmo tempo, esse impacto traumático também se faz mobilizador, no mais íntimo do sujeito, daquilo que o habilitará à invenção de um futuro. Futuro onde, em última instância, quer o adolescente saiba ou não, se joga a alternativa de se apostar ou no fortalecimento societário dos laços numa comunidade, ou na expansão imperialista das exigências de algum Estado, ainda que seja aquele que não se define como sendo um, mas se anuncia como o *Um* da globalização.

#### **4. A adolescência enquanto sintoma social**

Em última instância, ao se adolescer, adolece-se como modalidade de reivindicação de certos laços sociais. Reivindicação talvez muda, talvez desconhecida de si mesmo. Se é verdade que a adolescência é um produto da modernidade, então a ordem histórica e social da civilização está toda implicada naquilo que estaria aí agitando o jovem no mais íntimo de sua carne.

As categorias freudianas e lacanianas de que o psicanalista – este que aqui escreve, por exemplo – se usa para poder operar na clínica e no fazer teórico estão no lugar da transcrição que esse processo realiza na interface entre a ordem da cultura e a ordem da subjetividade onde ele se efetiva.

Adolescer é sintoma. Sintoma não no sentido médico, mas no sentido freudiano. Isto é, não o índice de um processo mórbido, mas a modalidade de um se expor ao *Outro* articulada no ponto onde se condensa uma construção necessária de si para se fazer a inscrição da insuficiência que o mobiliza e seguir em direção à meta a que essa mobilização deverá conduzir.

Se adolescer fosse um sintoma que remetesse ao recalcado de alguma representação ligada à história pessoal do sujeito, ainda assim esse sintoma seria social na medida em que essa história pessoal organizou-se a partir dos



dispositivos que, como a *organização edípica*, articulam o vivente à história para fazê-lo humano. Mas isto só é social de modo genérico, como é social tudo que é humano, tanto na vida pública como na privada. Neste caso, a apropriação pessoal desse social vem a se sobrepor à especificidade que se espera de algo para descrevê-lo como social em senso estrito. Mas o adolecimento sendo uma resposta a um acontecimento da ordem do traumático, é uma resposta subjetiva a algo cuja apropriação pessoal não pôde acontecer. Aqui é o social, naquilo que ele possa ser o mais estranho a alguém, quem dá as cartas.

Para concluir, quero apenas esclarecer um pouco mais a última afirmação.

O traumático é aquilo que nos agita sem que possa se inscrever. O traumático se expõe produzindo efeitos disruptivos. Isto apenas se apresenta deste modo porque ele nos pega lá onde somos desprovido de recursos próprios. E lá onde não contamos com tais recursos, aí é o *lugar* onde o *Outro* será esperado.

O *Outro* nos precede e o seu lugar é o lugar do social. Esse lugar nos precede, nos cerca, nos constitui e nós somos materializados a partir da materialidade que ele nos oferece. Entre o social e nós a relação não é de exterioridade, mas quando, numa neurose de transferência sofrermos a partir de representações recalçadas, sofrermos em consequência de uma parcela da materialidade do *Outro* da qual já havíamos antes nos apropriados. Quando sofrermos em razão de uma invasão traumática, sofrermos em razão dessa região do *Outro* sobre a qual não pôde se dar, pelo menos até aquele instante preciso, nenhuma apropriação. Aqui, somos efeito do social lá onde o social fura com o simbólico.

Adolescer é um *sintoma social* na medida mesma em que ele é esse apelo de simbolização que quer traduzir o real do social em significante para a cultura – caminho necessário para a apropriação subjetivo de tudo aquilo que, pouco antes, só poderia siderar e desentender.

A adolescência é uma *crítica prática* da cultura que revela o *desamparo* no qual a contemporaneidade abandona o homem pela desarticulação dos laços societários que ela precisou produzir para se impor. Aprender a ler o que o adolescer revela do mundo social, em cada geração, é hoje, um excelente esforço de alfabetização para todos nós.

## 5. Um risco que a adolescência envolve.

Durante nosso percurso ulterior, mencionamos inúmeras vezes o fim ao qual visa a operação da adolescência. Esse fim é repositivo, ou seja, ele visa repor algo que se apresenta como sendo da ordem de uma perda. Temos aqui o perigo de se confundir **reposição** com **restauração**. Esse perigo se apresenta tanto para o psicanalista, como para o adolescente e também para todo o campo do social, e esse perigo pode ser, para qualquer um, tanto da ordem da confusão intelectual de nossas representações quanto da ordem de uma fascinação mortífera que se manifeste em nossas intensidades afetivas.

Identificar o declínio da função social da *imagem* paterna não é lamentar o declínio da autoridade da figura convencional e familiar da paternidade. O pai enquanto **função** não se confunde com nenhuma **figura** paterna positivamente estabelecida. E o conceito de **imagem**, tal como Lacan o retoma de Freud, não é ,

# Textura



precisamente falando, sinônimo de **imagem**. O pai enquanto função não tem e não pode ter rosto e nem pode estar cabal e completamente encarnado em qualquer representante de carne e osso que eventualmente venha, por algum instante, a servir de suporte a ela. A presença da função paterna deve ser, antes de tudo o mais, a presença de algo que vem a desautorizar qualquer encarnação absoluta do pai. Nem o pai familiar, nem o chefe e nem o monarca pode arvorar a posar de encarnação sem falha da paternidade, a não ser como impostor. E endossar a impostura dessas figuras é cometer o erro da idolatria.

A sociedade pré-moderna foi, no geral, uma sociedade descaradamente idólatra e a contemporaneidade, se pôs fim à sacralidade da figura paterna no campo do social, não pôs fim à idolatria das múltiplas e contraditórias figuras fragmentadas em que se divide hoje o corpo do rei na disputa ao trono da tirania, em substituição à figura paterna convencional agora caída. A sociedade ocidental contemporânea, portanto, continua idólatra, mas, laica e republicana, ela só não o é descaradamente.

Diante disso, a restauração da figura do Um pode ser fascinante ao incauto que quer fugir do dilaceramento do múltiplo que lhe quer governar. Mas o Um da função paterna só pode expressar o Nenhum da figura que o pudesse figurar. Mas, nunca um semelhante passível de figuração, só o significante pode funcionar como isso que se apresenta como um Um que é capaz de dizer um Nenhum. E significante também é função pura, não é necessariamente uma frase, uma palavra, uma sílaba ou um fonema. É o elemento discreto do que, vindo de Outro se engancha no pulsional de um sujeito, é anterior ao sujeito que o usa mas só se presentifica pelo uso que dele um sujeito faça, funciona positivamente em relação a outros, pois não é nada se sozinho, e tem a capacidade de, em seu funcionamento, presentificar, não sem equívocos, a presença representativa do que está ausente. Respeitado esses atributos, um texto, uma obra plástica, a sonoridade de uma música ou de uma voz, uma coisa qualquer, seja o que for, tudo pode funcionar como significante. Difícil mesmo é poder dar imago – e, logo, visibilidade diante de uma coletividade de mais do que um sujeito individual, a um significante que expresse o nome do Um (pondo fim ao esfelamento) que não autorize senão imagem ou corpo Nenhum (pondo fim à idolatria) como seu representante positivo total frente a todos os demais.

Quando Picasso quis pintar o retrato do que há de irretratável na mulher, ele fez uma figura que não está nem de frente e nem de perfil; eis um exemplo do um que pinta o nenhum. Quando um Midrash quis dizer da experiência do povo judeu diante da entrega da Lei no Sinai, ele diz, como que dizendo que esta experiência não foi da ordem da empiria ou dos sentidos, que os ouvidos viram e os olhos escutaram, eis outro exemplo do um apontando para o nenhum. Quando numa canção não há palavras capaz de resolver a tensão posta pela sua poesia, nesse instante nela a música ressoa sozinha – sendo informação (e não pura intensidade), embora não representação – a canção nesse ponto atua em nosso real como uma resolutiva, mas sem nos dizer o que ali se resolveu; eis um terceiro exemplo de nossa experiência do um nos trazendo o nenhum.

Na história das religiões monoteístas, campo legítimo para a pesquisa das metamorfoses que fizemos, ao longo da história, para configurarmos o que entendíamos por Nome do pai, a idolatria das fragmentações, a idolatria do Um e

# Textura



o combate à idolatria se sucedem, se imiscuem, se livram da impureza e voltam a se combater. Podemos nos instruir cultivando essa erudição, mesmo sem fins devocionais. Hoje esse combate é travado na experiência discordante do adolescente.

As tribos urbanas apresentam a mesma ambigüidade que habitam os sujeitos. Estes como aquelas tentam dar tratamento ao mal estar hora invocando a força do tirano que pudesse pôr ordem no caos, hora afirmando a tirania da vontade imediata e egoísta e as delícias de já não estar nenhuma autoridade definida em posição de sacralizada. Ou é a nostalgia da ditadura ou é o cinismo auto-exaltado pelo fim das ideologias que se afirmam, quando não é o monstro composto por ambas as saídas que se apresentam simultaneamente sem dar a ver a incoerência que o habita.

Por outro lado, o simples fato de o adolescente querer ser renomeado nisso que se chama hoje por *tribo urbana* ou *sub-cultura juvenil* pode nos indicar a presença de um desejo de reconhecimento que busca fazer âncora num espaço intermediário entre a sociabilidade ampla e anônima do mundo e a solidão do si mesmo e a pequenez do espaço familiar e da vizinhança imediata. Nem tudo aí é apenas nostalgia tribal ou aspiração a ser parte de uma *gang* forte para impor ao mundo seus interesses egoístas. O adolescente busca o seu nome e a adolescência é o processo dessa busca. Ele vai se deixar levar pelo que ele encontrar, que possa ser aproximativamente mais conforme ao que a sua sensibilidade e a sua formação prévia no mundo do significante<sup>8</sup> o autorize (coisa que esteve, na latência infantil, sob as mãos do pai familiar ter ou não lhe transmitido) e que esteja casualmente aí, no campo do Outro, disputando agora pela sua adesão.

O que resta ainda como algo raro a surgir de modo significativo – ou significativo – em nossa cultura é a possibilidade de haver para o jovem o apelo ao coletivo de uma "tribo urbana" (digamos assim) que pudesse expor diante da coletividade a *imago* de um Um que possa indicar o Nenhum da impossibilidade de se imaginarizar o pai.

Mas porque não poderia a experiência da travessia por uma análise na adolescência vir a se inscrever como uma possível experiência aberta à singularidade de cada sujeito, no um a um, com o encontro de um Um enquanto *imago* que possa reenviar a esse Nenhum que afirme a impossibilidade da imaginarizabilidade do pai enquanto tal? Essa é a nossa aposta.

---

<sup>8</sup>Para essa idéia de formação no significante, indicamos nossa dissertação de mestrado: R. Ruffino, **Latência e transmissão**, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2004, 482 pp.

# Textura



## RESUMO

Este ensaio – embora inscrito no campo da psicanálise – expõe, pelo modo como o concebe, a transdisciplinaridade de seu objeto – a adolescência: ponto onde se articula uma realidade somática, a estrutura da subjetividade e o campo dos laços sociais. *A adolescência não é uma fase do desenvolvimento individual; é um trabalho psíquico que se fez necessário na contemporaneidade para que o sujeito pudesse dar conta do impacto traumático em que se tornou a puberdade diante da reorganização do social que essa modernidade impôs.* Reorganização essa caracterizada pelas seguintes condições: 1) o declínio social da função paterna; 2) o isolamento; 3) o desenraizamento. O texto prossegue na elucidação desta proposição rumo ao que seu título exige, examinando essa proposição em cinco tópicos logicamente decorrentes de sua proposição; ele prossegue explicitando uma das dobradiças que articulam o sintoma da adolescência com a dimensão do político e é encerrado através da elucidação da diferença que separa a questão da função paterna da questão da autoridade paterna articulada à imaginarização do pai.

**Palavras-chave:** adolescência como operação psíquica, função paterna, puberdade, Real, trauma, declínio da função social da *imago* paterna.